



S E R J U S M I G

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÓPIA

Belo Horizonte, 16 de maio de 2008.

OF/PRES. 20/2008

Ref.: Retomada de negociações sobre Pauta de Reivindicações

Secretaria Especial
Caixa Econômica Federal
Recebido em
16/05/08
Giselle

Ao

Excelentíssimo Senhor

Desembargador Orlando Adão Carvalho

DD. Presidente do TJMG

O SERJUSMIG – Sindicato dos Servidores da Justiça de 1^a Instância do Estado de Minas Gerais, entidade de classe à qual compete, nos termos do inciso III, do artigo 8º da Constituição Federal, a defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria, vem a presença de Vossa Excelência expor e solicitar o seguinte:

Breve histórico:

- No dia 23 de novembro do ano passado ocorreu a última reunião da administração do TJMG com o SERJUSMIG;
- Fruto das deliberações daquela reunião, V.Exa. publicou na intranet nota com o seguinte conteúdo:

“PREVISÕES DE PAGAMENTOS

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Adão Carvalho, comunica a Magistrados e Servidores:

1. Pagamento do 13º salário será feito até o dia 7/12. Lembramos que, como não houve tributação na primeira parcela já paga, agora nesta segunda parcela, incidirá tributação sobre o total do 13º.
2. “Encontro de contas” – o TJMG não tem saldo segundo contas feitas pelo próprio Executivo, ou seja, não houve aumento da receita corrente líquida a justificar acréscimo no repasse ao Judiciário.
3. 1/3 férias – o pagamento será até 15 de janeiro para a 1^a Instância, 2^a Instância e Magistrados.
4. Promoção Vertical 2004 – 1^a e 2^a Instâncias – o pagamento retroativo será efetuado na folha de dezembro a ser creditada em 02 de janeiro de 2008 – existe a pendência de decisão sobre a os recursos do Oficial B.
5. Acerto retroativo da paridade dos servidores aposentados – será efetuado na folha de dezembro a ser creditada em 02 janeiro de 2008

8



S E R J U S M I G

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

6. Acerto dos 6 níveis em atraso – ainda depende de negociações com o Poder Executivo – confirmação da data de pagamento até o dia 28/2/08.

7. Parcelas da URV para tratamento igualitário entre inativos e servidores da ativa – depende de negociação com o Executivo – até 28/2/08, haverá definição da data.

8. O orçamento para 2008 contempla apenas a manutenção dos pagamentos atuais, sem acréscimos. Isso porque a previsão de crescimento da receita, respeitados os limites da LRF, não permitem, no momento, previsão de aumentos, além do já inerente aos acréscimos já previstos. Qualquer aumento em 2008 dependerá de verificação do crescimento da receita e envio de projeto de lei para a Assembléia Legislativa.

9. Auxílio-creche – está previsto no projeto de lei orçamentária o acréscimo de 30% - o efetivo pagamento depende de aprovação da proposta orçamentária. Se isso ocorrer, o pagamento poderá ser efetuado a partir de julho/08.

10. O fundamento jurídico do pagamento de 2/3 de férias, de acordo com o entendimento, até então vigente, é a existência de dois períodos de férias – além disso, não há previsão orçamentária para pagamento de 2/3 para a 1ª Instância – o assunto continuará sendo discutido na área técnica e jurídica para os encaminhamentos.

11. Adicional de Desempenho – está previsto no orçamento de 2008 – foi encaminhado expediente para a EJEF, que está concluindo parecer jurídico sobre a questão (ainda não concluído em função da fase de transição, por que passa o TJMG e a consequente sobrecarga de trabalho).

12. Promoção Vertical de 2005 – espera-se concluir a promoção de 2004, uma vez que existe pendência com relação ao Oficial B (a ser resolvida até este mês de dezembro), para a continuidade do processo para a Promoção 2005.

13. Oficial de Justiça – verba fixa – essa é a melhor alternativa para a administração, pois possibilita melhor controle do serviço e do orçamento.

14. Todo mês de maio, haverá reuniões da administração com os sindicatos, para estudar possibilidade de inclusões no orçamento do ano seguinte.

15. Essas informações foram apresentadas aos sindicatos em reunião realizada nesta data.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2007.”

- O orçamento do Judiciário para 2008 já foi aprovado;
- Passaram-se quase seis meses da publicação da mencionada nota e até agora não aconteceu nova reunião com o SERJUSMIG, nem foram tomadas as providências declaradas na mesma - nem mesmo com relação às medidas que a nota afirmou já estarem previstas no orçamento 2008;



S E R J U S M I G

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- No dia 13 de maio do corrente os servidores foram surpreendidos com outro comunicado de V.Exa. na intranet. Nessa V.Exa. dava conta de que dos R\$150 milhões provenientes da venda da folha de pagamento de magistrados e servidores ao Itaú, R\$64 milhões seriam distribuídos entre os magistrados, contra apenas R\$66 milhões para distribuição entre os servidores. No que diz respeito aos R\$66 milhões destinados aos servidores, ainda abater-se-iam R\$45 milhões que já lhes "teriam sido antecipados" em fevereiro do corrente. Ou seja, restariam apenas R\$21 milhões para distribuição entre os servidores;
- Os servidores ainda tiveram mais uma inesperada e indigesta surpresa, com a publicação de nova nota na em 14/05/08, **cópia anexa**, uma vez que foi retirada do site em 15/05/08;
- Até em relação aos pontos avançados em 2007 – conforme nota publicada em 23/11/07, parece haver ocorrido um retrocesso;
- No que diz respeito ao pagamento dos 2/3 de férias da 1^a Instância, que mais uma vez, responde-se que "está em estudos", lembramos que esses se arrastam por vários longos anos. Uma matéria extremamente simples não exige tanto tempo em "estudos", requer apenas: "vontade política";
- O reajuste salarial dos servidores, é fato, se sujeita aos limites da Lei de Responsabilidade fiscal. Entretanto, se o MP o ano passado estava no limite máximo dos gastos permitidos pela Lei e este ano encaminhou projeto à ALMG prevendo reajuste aos seus servidores, conclui-se que a previsão de arrecadação do Estado e de sua receita corrente líquida para este ano sofreu majoração;
- A imprensa local noticia aumento da arrecadação do Estado no primeiro quadrimestre de 2008;
- No mínimo, se o encaminhamento do PL pelo MP à ALMG não foi em virtude de aumento da receita, houve um empenho da administração daquele Órgão, demonstrando sensibilidade às demandas de seus servidores;
- O TJMG nunca admitiu que a magistratura recebesse salários inferiores ao dos Promotores de Justiça, portanto, não pode aceitar que isso ocorra no que diz respeito aos seus servidores.

No que diz respeito à Pauta de Reivindicações dos Servidores, cujas negociações se arrastam desde o ano passado, é preciso salientar:



S E R J U S M I G

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- O parecer referente ao ADE, de acordo com a nota publicada em 14/05 está com V.Exa. desde 08 de janeiro deste ano. O valor para pagar o benefício está, conforme nota datada de 23/11, previsto no orçamento 2008. Enquanto isso, os servidores que tomaram posse após julho de 2003 trabalham sob grande expectativa e insatisfação, pois, não fazem jus ao quinquênio, e o adicional que lhes é pago;
- Os aposentados sem paridade pós 2003 – não efetivos – aguardam pela revisão de seus proventos há anos; A nota datada de 23/11 deu conta de que uma perícia estaria sendo contratada para fazer os cálculos. Ocorre que o número de contemplados por tal medida é ínfimo, pelo que, não se justifica tal demora. A decisão se arrasta e a situação financeira deles se agrava;
- Os gerentes de Secretaria de 1^a Instância continuam trabalhando oito horas e recebendo por seis. Continuam sobre carregados, sem condições de trabalho, gerenciando equipes que pelos motivos mais do que conhecidos estão desestimuladas e, sequer recebem pagamento correto das horas trabalhadas. A comissão do redesenho sinalizou com a possibilidade de corrigir esta distorção e injustiça, mas, desde o ano passado, nada de concreto foi providenciado neste sentido;
- Os Assistentes Sociais, Comissários da Infância e da Juventude, Oficiais de Justiça e Psicólogos, por sua vez, continuam recebendo: R\$4,50 e R\$6,00 (zona urbana e rural, respectivamente) para reembolsar gastos com gasolina, desgaste de veículo, etc.. no cumprimento das ordens Judiciais. Dois Grupos de Trabalho já foram constituídos para estudar a situação e rever tais valores e, até agora, nada. Os servidores continuam tirando de seus proventos, comprometendo seu próprio sustento e o de suas famílias para cumprir um dever que é do Estado;
- Sob a alegação de que o processo eletrônico irá diminuir a necessidade de pessoal, os servidores continuam sendo sobre carregados. Muitos adoecem de forma irreversível enquanto esperam uma solução. Trabalham além do horário, em ambientes insalubres, sem equipamentos adequados e não vêm nada de concreto sendo feito para pelo menos minimizar esse quadro;
- O Reajuste salarial e a data-base sequer são discutidos. Se existem restrições e dificuldades, não será o silêncio que irá solucionar a questão. É preciso discutir alternativas, somar esforços, tomar providências. O que não pode é o servidor ficar sempre pagando a conta, vendo seu salário ser corroído pela inflação. E mais, quando

15



S E R J U S M I G

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

há qualquer sobra orçamentária, essa ser prioritariamente direcionada para atender aos interesses dos magistrados.

O acima exposto sintetiza um pouco das grandes dificuldades enfrentadas pelos servidores e demonstra a necessidade **da retomada imediata das negociações** referentes aos itens de Pauta da categoria.

O SERJUSMIG aproveita para comunicar a V.Exa. a imensa insatisfação que o atual quadro tem provocado nos servidores.

Comunica, outrossim, que para deliberar com sua base acerca da postura a ser adotada pela entidade frente a esses acontecimentos, o SERJUSMIG convocará Assembléia-Geral para os próximos dias, na qual espera ter dados concretos e positivos a serem levados aos servidores.

Atenciosamente,

Sandra M. Silvestrini de Souza

Presidente

Luiz Fernando Souza

Vice-Presidente

Rui Viana da Silva

Vice-Presidente